

Termo de Referência 152/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
152/2023	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	THIAGO DA SILVA CARNEIRO	31/10/2023 10:40 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	60090.000851/2023-17

1. Definição do objeto

1.1. . Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 03 (três) vagas no evento "XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH)", a ser realizado na modalidade presencial, na cidade de Aracaju/SE, no período de **19/11/2023 a 24/11/2023**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	CATMAT OU CATSER	UN.	QTD.	VALOR ESTIMADO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 03 (três) vagas no evento "XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH)", na modalidade presencial.	17663	01	03	R\$ 1.590,00	R\$ 4.770,00
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO						R\$ 4.770,00

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ **4.770,00** (quatro mil setecentos e setenta reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.3 A presente contratação será feita por inexigibilidade de licitação nos termos da alínea f do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2023 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A capacitação de servidores está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Visto ainda que, a contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações - PAC 2023, com base na iniciativa do PGC /PAC nº 575/22 e no Plano de Trabalho Anual (PTA) com base na iniciativa nº 004/23 referendada no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) no item 5PE7, deste Censipam.

2.3. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual da servidora no desempenho de suas atividades.

2.4. Dessa forma, a contratação em questão encontra amparo legal também na alínea f e inciso III do artigo 74, da Lei 14.133, 1º de abril de 2021, para ser realizada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, conforme transcrito a seguir:

(...)

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

2.5. Determina a Lei nº 14.133, de 2021, inciso III do art. 74, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 74 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

2.6. Com relação à contratação direta fundamentada no inciso III do art. 74, da nova Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 74 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

2.7. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no inciso III do art. 74, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

2.8. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

2.9. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a real idade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

2.10. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439, de 1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

2.11. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no inciso III do art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.12. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 74 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

2.13. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

2.14. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado;

2.15. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas;

2.16. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439, de 1998)."

2.17. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado pela empresa, com valor individual do curso para cada

participante de R\$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais), totalizando o valor para contratação de 03 (três) inscrições, R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais), conforme proposta anexa, demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

2.18. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Notas de Empenho emitidas em favor da contratada.

2.19. Relevante registrar que no inciso V e § 4º do art.23, da Lei nº 14.133, de 2021 determina a realização de pesquisa de preço no seguinte sentido:

(...)

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

2.20. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos anexo ao processo, sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.

3. Descrição da solução

3.1. A contratação do evento "**XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH)**", visa atender as necessidades da Coordenação de Hidrologia deste Censipam.

3.2. O curso será realizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, inscrita sob o CNPJ: 29.969.193/0001-75, situada no endereço Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Campus Agronomia. CEP 91.501-970, Porto Alegre/RS, com valor individual do curso para cada participante de R\$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais), totalizando o valor para contratação de 03 (três) inscrições, R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais), conforme proposta anexa ao processo.

3.3. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:

3.4. A ABRHidro – Associação Brasileira de Recursos Hídricos é uma associação civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de congregiar pessoas físicas e jurídicas e dedicar-se ao avanço da gestão de Recursos Hídricos, da pesquisa científica e do apoio ao ensino técnico e universitário. Foi fundada em 19 de outubro de 1977, no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3.5. Até recentemente, principalmente em nosso País, a água era considerada um recurso natural renovável, em geral farto e abundante, e que poderia atender, sem restrições, a quase todas as necessidades que dele viessem a ser requeridas. Sua carência era sentida apenas nas regiões semi-áridas, fato considerado grave, mas natural. Entretanto, a partir da Conferência de Dublin, em janeiro de 1993, a água passou a ser considerada como um recurso finito e, sobretudo, vulnerável. A Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro vem acompanhando e participando do despertar da sociedade brasileira para este problema.

3.6.A entidade gera informações de apoio à tomada de decisão para a solução de questões setoriais e intersetoriais e contribui para o aperfeiçoamento da política nacional de Gestão das Águas, por intermédio da participação em diversas instâncias de decisão.

3.7. Desde a sua fundação, a entidade está empenhada em oferecer à comunidade ligada à Água um fórum para discutir as prioridades e estratégias para o desenvolvimento da gestão dos Recursos Hídricos. Sob sua responsabilidade estão vários eventos e simpósios técnicos e científicos, com abrangência regional, nacional e internacional. Os encontros e simpósios são os mais expressivos eventos relacionados à Água no Brasil.

3.8. A Associação Brasileira de Recursos Hídricos está comprometida com a produção e disseminação do conhecimento no domínio das ciências relacionadas à Água e à tecnologia. Atualmente, é uma das mais importantes editoras de livros técnicos sobre Recursos Hídricos no Brasil, com mais de 70 títulos publicados e, extensivamente, utilizados por professores universitários, profissionais e gestores públicos. Também são publicados livros em formato digital, distribuídos gratuitamente aos associados.

3.9. O Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, de periodicidade bienal, conta com a participação regular de centenas de profissionais e inúmeros trabalhos técnicos e científicos.

3.10. A ABRHidro mantém Comissões Técnicas para reunir os associados em torno de um interesse específico, dentro de áreas relevantes dos Recursos Hídricos. As comissões organizam simpósios, cursos, palestras e publicações em áreas afins, dentro do contexto nacional, a fim de encontrar consenso na solução de questões significativas. Atualmente, são oito comissões: Águas Urbanas, Ambientes Costeiros, Energia, Engenharia de Sedimentos, Gestão de Recursos Hídricos, Hidrologia Subterrânea, Hidrometria e Semiárido. Estão ativas as comissões: Comissões de Águas Urbanas, Engenharia de Sedimentos e Desastres Naturais.

3.11. Ao longo de 37 anos, a ABRHidro desenvolveu uma forte parceria com entidades similares em todo o mundo. Cabe ressaltar a interação, dentre outras, com as seguintes instituições: IWRA –International Water Resources Association; IAHS – International Association of Hydrological Sciences; APRH –Associação Portuguesa de Recursos Hídricos; IWRA –International Water Resources Association; GWP –Global Water Partnership e o WWC –World Water Council.

3.12.A ABRHidro tem forte atuação no Sistema Nacional de Recursos Hídricos como representante das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa. Atua no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e em suas Câmaras Técnicas, além de integrar outros Colegiados.

3.11. Em razão do alto gabarito dos instrutores que irão palestrar no Congresso:

Antenor De Oliveira Aguiar Netto: Doutor em Agronomia (Irrigação e Drenagem) pela Universidade Estadual Paulista (1997). Pós-doutor em Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), e pelo Instituto de Agricultura Sustentável na Espanha (2016). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi coordenador de pesquisa da UFS no período de 1999 a 2004 e dirigiu o Mestrado em Recursos Hídricos da UFS, entre 2012 e 2014. No campo multidisciplinar pesquisa, também, na área de Recursos hídricos: modelagem ambiental.

Sidnei Gusmão Agra: Engenheiro Civil graduado na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 1999, e Mestre em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2001. Atua como Consultor nas áreas de Recursos Hídricos e Hídricos e Meio Ambiente, sendo da equipe da Profill Engenharia desde 2016.

Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho: Engenheiro Civil – Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Recurso Hídricos – Universidade Federal do Ceará, Mestre em Economia Rural – Universidade Federal do Ceará. Foi: Diretor de Obras Cíveis do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; Diretor de Irrigação do DNOCS; Diretor de Operações da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH; Diretor de Planejamento da COGERH. É, desde 2001, Superintendente de Operações e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas – ANA

Luna Gripp Simões Alves: Luna Gripp Simões Alves é pesquisadora do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), atuando no projeto Sistema de Alerta Hidrológico. Sua área de conhecimento principal é a hidrologia da bacia Amazônica. Atua na rede GeoMamas, uma rede de mães vinculada à ABMGeo, que busca unidade e fortalecimento em todos os espaços profissionais e/ou acadêmico-científicos nas Geociências. É doutora em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), na área de Recursos Hídricos e Naturais (2018). Possui Mestrado em Saneamento Ambiental, pelo Departamento de Engenharia Civil – UFV (2012) e graduação em Engenharia Ambiental pela mesma universidade.

Priscilla Macedo Moura:Engenharia Civil, graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora pelo Institut National des Sciences Appliquées de Lyon. Professora Associada na Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora de mestrado e doutorado,

atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG. As principais temáticas de atuação são: hidrologia urbana com ênfase em drenagem urbana sustentável e sistemas de auxílio à decisão.

Maria Clara Fava: Engenheira Ambiental pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS (2013), Mestre (2015) e Doutora (2019) em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – EESC/USP e Pós-doutora pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo – ICMC/USP (2020). Atualmente é Professora Adjunta-A do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos – DECiv/UFSCar.

Ayan Santos Fleischmann: SAvan Fleischmann é pesquisador titular do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em Tefé/Amazonas, onde coordena o Grupo de Pesquisa em Geociências e Dinâmicas Ambientais na Amazônia. É engenheiro ambiental, e mestre e doutor em recursos hídricos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas pesquisas atuais envolvem recursos hídricos tropicais e a relação da água com os sistemas sócio-ecológicos na Amazônia.

Thiago Henriques Fontenelle: Geógrafo e mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e especializado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como analista em geoprocessamento no IBGE. Atua desde 2012 como especialista em regulação de recursos hídricos da ANA, em especial na elaboração de mapeamentos e estudos sobre os usos consuntivos da água e suas aplicações em instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Filipe de Mello Sampaio Cunha: Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2022-2025), é responsável pela supervisão técnica dos trabalhos de Regulação do Uso de Recursos Hídricos, de Fiscalização e de Operações e Eventos críticos. Na esfera da cooperação internacional, é o Diretor responsável pela agenda da ANA junto à Water Governance Initiative (WGI) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na International Water Association (IWA), e no Colégio 2 do Conselho Mundial da Água (WWC, na sigla em inglês). Gestor público da carreira do Ministério Público da União, Filipe é Especialista em Gestão das Águas e Sustentabilidade dos Recursos Hídricos e em Gestão Pública. Além disso, possui ampla experiência em docência no setor público (ENAP, ESMPU e UnB). Atualmente, Filipe também se dedica à organização do 1o Fórum Latino-Americano da Água.

Samuel Roiphe Barrêto: Samuel Barrêto tem 30 anos de experiência no setor socioambiental e ingressou na The Nature Conservancy-Brasil em março de 2014. Em menos de um ano foi promovido a Gerente do Programa Água para escalar a estratégia no país com a Coalizão pelas Águas. Samuel gerencia um portfólio programas de investimento em bacias hidrográficas que empregam uma ampla gama de soluções para enfrentar os desafios locais de segurança hídrica. Samuel é membro da Parceria Latino-Americana de Fundos de Água, da Seção Brasil do Fórum Mundial da Água, do Comitê Diretor do Observatório de Governança da Água (OGA), do Conselho Executivo do Movimento + Água do Pacto Global – Rede Brasil da ONU, membro do Conselho de Administração da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (APV) e colaborador da plataforma Um Só Planeta do Grupo Globo.

Vladimir Caramori Borges De Souza: Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997), Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – IPH/UFRGS (2002), Pós-Doutor pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (2013). Na Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRhidro), coordenou a Comissão Técnica de Águas Urbanas (2003-2011), foi Diretor (2012-2013), Vice-Presidente (2014-2015) e Presidente (2016-2017). É professor titular e pesquisador no Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Alagoas (CTEC/UFAL), atuando em temas relacionados ao planejamento e gestão da drenagem urbana e as interfaces com a gestão do território e ao monitoramento e à modelagem de bacias urbanas (aspectos qualitativos e quantitativos). É membro titular do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas. É coordenador adjunto de programas acadêmicos da área de Engenharias I/CAPES (2019-atual).

Márcia Tereza Pantoja Gaspar: Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Geóloga com mestrado em hidrogeologia pela Universidade Federal do Pará e doutorado pela Universidade de Brasília.

Daniel Henrique Marco Detzel: Daniel Detzel graduou-se em Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná (UFPR, em 2005) e é mestre e doutor em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental pela mesma instituição (2009 e 2015, respectivamente), tendo se especializado em Hidrologia Estocástica. Trabalha como Professor Adjunto no Departamento de Hidráulica e Saneamento (DHS) e como Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental (PPGERHA, UFPR), programa no qual é vice coordenador. Atualmente coordena a Comissão Técnica de Energia da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e lidera o GEEN – Grupo de Estudos Energéticos da UFPR. Atua nas áreas de Engenharia de Recursos Hídricos e Estudos Energéticos, com foco em Hidrologia Estatística e Estocástica.

Javier Tomasella: Possui doutorado em Engenharia Civil pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas (1995). Atualmente é tecnologista senior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Atua principalmente nos seguintes temas: modelagem hidrológica, impacto das mudanças do uso da terra e climáticas nos recursos hídricos, detecção e modelagem de extremos

hidrológicos, degradação e desertificação, e pesquisas multidisciplinares em recursos hídricos, com foco em conflitos no uso da água.

Maria Antonieta Alcântara Mourão: Geóloga graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Geologia Econômica pela Universidade Federal de Brasília e doutora em Engenharia Ambiental, com ênfase em Hidrogeologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi coordenadora executiva do Departamento de Hidrologia da CPRM – Serviço Geológico do Brasil tendo sido responsável pela implantação do programa de implantação da rede integrada de monitoramento das águas subterrâneas nos principais aquíferos do Brasil. Atualmente encontra-se como assessora da diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial e na coordenação técnica dos projetos Bacia do rio Verde Grande – norte de Minas Gerais, em parceria com a ANA, voltado para a gestão integrada águas superficiais e subterrâneas e Águas do Centro-Sul de Minas Gerais com foco no estabelecimento das disponibilidades hídricas subterrâneas, passíveis de serem alocadas para uso, em um contexto sustentável.

3.12. O evento será ministrado com as seguintes especificações, contempladas na proposta anexa ao processo, conforme a seguir:

Evento de Capacitação	"XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH)"
Período previsto	19/11/2023 à 24/11/2023
Horário	9:00h às 18:00h
Carga Horária	40 horas
Objetivo	Abranger a área dos recursos hídricos nas mais diversas esferas, abordando desde planejamento e gestão, processos hidráulicos e hidrologia urbana, até proteção de mananciais e recuperação ambiental de bacias, além de trazer para o debate as inovações e a participação da sociedade.
Público Alvo	Autoridades, pesquisadores, professores, estudantes, técnicos, profissionais liberais, empresários, fabricantes e comerciantes de equipamentos, usuários, gestores e tomadores de decisão.
	<p>Conferência 01</p> <p>“Água e Sociedade: Ciência e Inovação”</p> <p>Data: 20 de novembro de 2023 Horário: 17h00 – 18h30 Local: Plenária 01+02+03</p> <p>Conferência 02</p> <p>“O Futuro da Hidrologia”</p> <p>Data: 21 de novembro de 2023 Horário: 17h00 – 18h30 Local: Plenária 01+02+03</p> <p>Conferência 03</p> <p>“Hidrossistemas Complexos: Enfrentando Desafios em um Ambiente em Mudança”</p> <p>Data: 22 de novembro de 2023 Horário: 17h00 – 18h30 Local: Plenária 01+02+03</p>

DAY 01 / Momento 1

Mesa Redonda: “Onde estamos e para onde devemos ir? Reflexões sobre a política e a gestão das águas no Brasil. Visão Institucional de Gestores Públicos”

Horário: 09h00 – 10h30

Local: Plenária 01+02+03

DAY 01 / Momento 2

Mesa Redonda: “Onde estamos e para onde devemos ir? Reflexões sobre a política e a gestão das águas no Brasil. Visão dos Usuários de Recursos Hídricos”

Horário: 10h30 – 12h30

Local: Plenária 01+02+03

DAY 01 / Momento 3

Mesa Redonda: “Gestão de Recursos Hídricos em Crise”

Horário: 13h30 – 15h00

Local: Plenária 01+02+03

DAY 01 / Momento 4

Mesa Redonda: “Onde Estamos e Para onde devemos ir - Ex-Presidentes da ANA”

Horário: 15h30 – 17h00

Local: Plenária 01+02+03

MESA REDONDA 01

Enquadramento de corpos hídricos - desafios e acertos na sua execução

Horário: 10h30 – 12h00

Local: Auditório 01

MESA REDONDA 02

Bacias representativas e experimentais no Brasil: fragilidades e potencialidades

Horário: 10h30 – 12h00

Local: Auditório 02

MESA REDONDA 03

Águas Subterrâneas - O que sabemos sobre o maior estoque de água doce do Brasil?

Horário: 10h30 – 12h00

Local: Auditório 03

MESA REDONDA 04

GOVERNANÇA DAS ÁGUAS: Debatendo desafios da participação nos 26 anos da PNRH

Horário: 10h30 – 12h00

Local: Sala 07

MESA REDONDA 05

Construção de conhecimento científico e desenvolvimento de resiliência e sustentabilidade a desastres através da ciência cidadã

Horário: 15h30 – 17h00

Local: Auditório 01

MESA REDONDA 06

Climate variability and change on timescales of seasons to millennia

Horário: 15h30 – 17h00

Local: Auditório 02

MR 07

Segurança de Barragens na Prática - Riscos, Desafios e Soluções

Horário: 15h30 – 17h00

Local: Auditório 03

MESA REDONDA 08

Desafios e oportunidades para a colaboração científica em recursos hídricos na América Latina

Horário: 15h30 – 17h00

Local: Sala 07

MESA REDONDA 09

Mães na engenharia das águas

Horário: 10h30 – 12h00

Local: Auditório 01

MESA REDONDA 20

Clima, Água e Povos Originários

Horário: 10h30 – 12h00

Local: Auditório 02

MESA REDONDA 11**Vulnerabilidade Costeira e Mudanças Climáticas****Horário:** 10h30 – 12h00**Local:** Auditório 03**MESA REDONDA 12****O uso racional da água na agricultura irrigada e o papel da ABRHidro****Horário:** 10h30 – 12h00**Local:** Sala 07**MESA REDONDA 13****Desafios da Publicação Científica****Horário:** 10h30 – 12h00**Local:** Sala 08**MESA REDONDA 14****Técnicas Isotópicas Aplicadas à Hidrologia****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Auditório 01**MESA REDONDA 15****Desafios e oportunidades para o jovem pesquisador no Brasil****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Auditório 02**MESA REDONDA 16****Plano de Recuperação de Reservatórios: desafios multisetoriais para os usos da água no Brasil****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Auditório 03**MESA REDONDA 17****Desafio da Gestão das águas urbanas - adaptação aos eventos críticos****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Sala 07

Conteúdo

MESA REDONDA 18**Áreas protegidas e os recursos hídricos na Amazônia****Horário:** 10h30 – 12h00**Local:** Auditório 01**MESA REDONDA 19****BACIA-ESCOLA E EDUCAÇÃO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS****Horário:** 10h30 – 12h00**Local:** Auditório 02**MESA REDONDA 10****Alterações no padrão de extremos e os desafios no planejamento e gestão da água: Como planejar e gerir com os extremos em mudança?****Horário:** 10h30 – 12h00**Local:** Auditório 03**MESA REDONDA 21****GWP****Horário:** 10h30 – 12h00**Local:** Sala 06**MESA REDONDA 22****Caminhos para reconciliar políticas energéticas e ambientais em grandes bacias brasileiras****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Auditório 01**MR 23****BRICS Recursos Hídricos e Tratamento da Poluição? BRICS Water Resources and Pollution Treatment****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Auditório 02**MESA REDONDA 24****GRH e Universalização do Saneamento****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Auditório 03

MESA REDONDA 25**Fechamento do Água em pauta – Instrumentos****Horário:** 15h30 – 17h00**Local:** Sala 06**MC01 – Estatística Aplicada à Hidrologia****Proponentes / Ministrantes:** SILVANETE SEVERINO SILVA, UFRPE**Formato:** HÍBRIDO**Carga Horária:** 16 horas**Data e Horário:**

- 13 de novembro às 19h00 (online)
- 15 de novembro às 19h00 (online)
- 18 de novembro às 09h00 (presencial)

MC02 – Transientes Hidráulicos e Sistema UFC**Proponente(s):** Marco Aurelio Holanda de Castro**Formato:** Presencial**Carga Horária:** 16 horas**Data e Horário:**

- 18 de novembro às 09h00 (presencial)
- 19 de novembro às 09h00 (presencial)

MC03 – A CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE INDICADORES DE GOVERNANÇA DAS ÁGUAS**Proponente(s):** Angelo José Rodrigues Lima**Formato:** Presencial**Carga Horária:** 8 horas**Data e Horário:**

- 18 de novembro às 09h00 (presencial)

MC04 – Pós-processamento de medições de descarga líquida realizadas com Perfiladores Acústicos de Corrente por Efeito Doppler (ADCP) com barco em movimento**Proponente(s):** Caluan Rodrigues Capozzoli, Ricardo Gabriel Bandeira de Almeida**Formato:** Presencial**Carga Horária:** 4 horas**Data e Horário:**

– 19 de novembro às 14h00 (presencial)

MC05 – Participação social, eficiente e responsável, na gestão de recursos hídricos

Proponente(s): Paulo Renato Paim; Monica Amorim Gonçalves

Formato: Presencial

Carga Horária: 10 horas

Data e Horário:

– 18 de novembro das 09h00 às 17h00 (presencial)

– 19 de novembro às 09h00 às 12h00 (presencial)

MC06 – Programação em R e Aplicações em Hidrologia Estatística

Proponente(s): Dirceu Silveira Reis Junior, Francisco Eustáquio Oliveira e Silva, Veber Afonso Figueiredo Costa, Thiago Lappicy

Formato: HÍBRIDO

Carga Horária: 12 horas

Data e Horário:

– 15 de novembro – 19h00 (online)

– 16 de novembro – 19h00 (online)

– 17 de novembro – horário a confirmar (online)

– 18 de novembro – 14h00 (presencial)

– 19 de novembro – 09h00 (presencial)

MC07 – Capacitação na utilização de sensores de baixo custo para coleta de dados ambientais

Proponente(s): Marcelo Lovato Brum, ALEXANDRE SWAROWSKY

Formato: PRESENCIAL

Carga Horária: 8 horas

Data e Horário:

– 18 de novembro – 09h00 (presencial)

– 19 de novembro – 09h00 (presencial)

MC08 – Portal web eoApp – Monitoramento de corpos da água através de sensoriamento remoto

Proponente(s): Henrique Reisdorfer Leite

Formato: ONLINE

Carga Horária: 4 horas

	<p>Data e Horário:</p> <p>– 17 de novembro – horário a confirmar (online)</p> <p>MC09 – Dimensionamento otimizado de cisternas rurais para abastecimento doméstico</p> <p>Proponente(s): Eduardo Cohim, Vladimir Caramori Borges de Souza</p> <p>Formato: PRESENCIAL</p> <p>Carga Horária: 4 horas</p> <p>Data e Horário:</p> <p>– 19 de novembro – 09h00 (presencial)</p> <p>MC10 – Modelagem Ecohidrológica com o SWAT+ para Segurança Hídrica</p> <p>Proponente(s): Danielle de Almeida Bressiani, Eduardo Mário Mendiando, Fábio Luiz Mação Campos</p> <p>Formato: PRESENCIAL</p> <p>Carga Horária: 8 horas</p> <p>Data e Horário:</p> <p>– 19 de novembro – 09h00 (presencial)</p> <p>MC11 – Aspectos gerais da regulamentação do reúso de água</p> <p>Proponente(s): SÉRGIO RODRIGUES AYRIMORAES SOARES, Ana Silva Pereira Santos, Maíra Araújo de Mendonça Lima</p> <p>Formato: Híbrido</p> <p>Carga Horária: 8 horas</p> <p>Data e Horário:</p> <p>– 16 de novembro – horário a confirmar (online)</p> <p>– 17 de novembro – horário a confirmar (online)</p> <p>– 19 de novembro – 09h00 (presencial)</p>
Instrucional	Presencial
Ambiente	Centro de Convenções AM Malls Sergipe, localizado na Av. Pres. Tancredo Neves, 4444 – Inácio Barbosa, Aracaju – SE.
Acesso ao Conteúdo	Cada participante terá direito a assistir na modalidade presencial as conferências, mesas redondas e minicursos.
Metodologia	O "XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH)" em formato presencial, oferecerá o diálogo entre ciência, tecnologia, setores produtivos e comunidade.

3.13. O treinamento destina-se aos servidores relacionados abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Flavio Augusto Altieri dos Santos	***269.482-**	COHIDRO

Pedro Alberto Moura Rolim	***782.892-**	COHIDRO
Carlos Benedito Santana da Silva Soares	***062.022-**	COHIDRO

3.14. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as informações dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

4. Requisitos da contratação

4.1. A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF ou possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). Deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista o critério de notória especialização da empresa e do instrutor, que justificam a contratação direta.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, já que não há riscos potenciais que exijam tal garantia.

4.4. Os certificados de participação serão entregues aos participantes que cumprirem o percentual mínimo de frequência de 40% de participação no evento.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Treinamento no formato presencial, a ser realizado no seguinte endereço: Centro de Convenções AM Malls Sergipe, localizado na Av. Pres. Tancredo Neves, 4444 – Inácio Barbosa, Aracaju – SE.

5.2. O evento possui carga horária de 40h, a ser realizado no período de **19/11/2023 à 24/11/2023**, no horário de 9:00h às 18:00h.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.5. O agente de fiscalização anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ação de capacitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º e art. 117 da Lei nº 14.133 /2021).

- 6.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ação de capacitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 6.13. Após a emissão da Nota de Empenho pelo Setor responsável, o Núcleo de Contratos deste Censipam encaminhará ao contratado, para garantir a participação dos servidores na ação de capacitação, na data determinada para sua realização.
- 6.14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.15. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.16. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2023 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.17. As obrigações recíprocas, decorrentes da presente contratação, correspondem ao estabelecido neste Termo de Referência, na proposta comercial da contratada e ainda no disposto na Lei 14.133, de 2021 e demais normas pertinentes.

7. Critérios de medição e pagamento

Critérios de medição

- 7.1. Os resultados serão averiguados mediante:
- 7.1.1 Análise das fichas de avaliações a serem preenchidas pelos participantes; e
- 7.1.2. Atuação dos participantes em seus respectivos ambientes de trabalho.
- 7.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, casos e constate que a Contratada:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 7.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de referência;

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº14.133, de 2021.

7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.1. o prazo de validade;

7.6.2. a data da emissão;

7.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.6.4. o período de prestação dos serviços;

7.6.5. o valor a pagar; e

7.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.8.1. não produziu os resultados acordados;

7.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

7.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017, quando couber.

Prazo de pagamento

7. 13. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal /Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Forma de pagamento

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na alínea f do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Após o levantamento de mercado, com base na necessidade administrativa da unidade, concluiu-se pela escolha da capacitação oferecida pela empresa Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, inscrita sob o CNPJ: 29.969.193/0001-75, situada no endereço, Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Campus Agronomia. CEP 91.501-970, Porto Alegre/RS.

8.3. Os responsáveis pela ministração do treinamento possuem notória especialização no assunto, conforme especificado na proposta comercial, no site da referida empresa e nos currículos dos instrutores.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no individual de responsabilidade limitada - EIRELI** Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.3. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.4.9. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a contratada deverá apresentar a declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de

dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 5 de setembro de 2002.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.5. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2001, a CONTRATADA que:

8.5.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.5.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.5.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.5.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.5.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.5.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.5.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.5.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.5.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.6.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

8.6.2 Multa de: 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.6.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.6.4. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.6.5. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.6.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

8.9. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no item 8.13 adiante, mencionados deste Termo de referência.

8.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

8.11. Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

8.11.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 8.11.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.11.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 8.13. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 8.14. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.15. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 8.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 8.17. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 8.18. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.19. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.20. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.21. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno.
- 8.22. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização do curso.
- 8.23. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 8.24. Fornecer os certificados aos participantes que cumprirem o percentual mínimo de frequência de 40% de participação no evento.
- 8.25. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto deste Artefato.
- 8.26. Realizar os treinamentos com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do instrutor, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas.
- 8.27. Comunicar com 03 (três) dias úteis de antecedência do início do evento, o cancelamento ou adiamento dos mesmos.
- 8.28. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TR.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.29. Responsabiliza-se pelas inscrições dos participantes.
- 8.30. Exercer a fiscalização do serviço.
- 8.31. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.32. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida.

8.33. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.770,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais), conforme proposta anexa aos autos.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

II) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia- CENSIPAM;

III) Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;

IV) Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos;

V) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633;

VI) Natureza da Despesa: 33.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento; e

VII) Código do PTA/2023: 004/23 - Capacitação

11. Dados Bancários

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento, conforme a seguir:

CONTA: Banco do Brasil: 001

Agencia: 1899-6

Conta Corrente: 48213-7

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA FERREIRA GONCALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/10/2023 às 13:52:46.

THIAGO DA SILVA CARNEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/10/2023 às 10:05:36.

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/10/2023 às 14:12:58.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Recursos Hídricos.zip (25.8 MB)